

## RECENSÃO

**“A irrequietude das Pedras, Reflexões e experiências de um arqueólogo”**, por Vítor Oliveira Jorge, Edições Afrontamento, Biblioteca de Arqueologia, n.º 1, 2003, 195 pp.

“(…) inquietação diante do que é o discurso na sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória, destinada a apagar-se sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa actividade, todavia quotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imaginam; inquietação de suspeitar de lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras das quais o uso há tanto tempo reduziu as asperidades.”

*Michel Foucault*

*A Ordem do Discurso,*

Relógio d'Água editores, 1997, 9

Esta colectânea de textos tornada livro, como acontece inúmeras vezes no estrangeiro, e infelizmente raras vezes em Portugal, não se resume a uma compilação de artigos, mas, sim, possui uma estrutura e arquitectura de pensamento alicerçado num conjunto de traves mestras. E quais são? O que confere unidade a este livro? O que é que a arqueologia e nós, arqueólogos, poderemos retirar/extrair desta edição?

1. Desde já a ideia da não existência de uma dicotomia teoria/prática. Ideia que o autor sempre refutou e ao longo destas cerca de 200 páginas vai sistematicamente lembrando ao leitor. Assim gostaria de começar por citar o autor: “(…) quando andava no “campo” estava a pôr em prática uma teoria, e, quando tentava “teorizar”, estava a procurar perceber o que é que andava a fazer no campo.” (p. 37)

A grande maioria dos estudantes de arqueologia (um dos destinatários deste livro), e muitos de nós arqueólogos (outro destinatário), têm aquilo que podemos chamar “uma certa aversão” ao estudo da teoria, muitas vezes não percebendo a sua importância, porque a vêem, e quase sempre é explicada, numa acepção descritiva, de escolas, de jargões científicos, e raramente é integrada num discurso relacional e biunívoco com a própria prática. Dados arqueológicos em vez de ideias sobre dados arqueológicos, parece ser muitas vezes a “palavra de ordem”. No entanto o que é importante é pensar as “questões teóricas”, não as distinguindo das “outras questões”.

O que se torna premente e importante é “pensar arqueologicamente”, englobando todas as questões, não diferenciando/alimentando esta falsa dicotomia.

A teoria é um produto da prática, assim como a prática é um produto da teoria; são duas “técnicas” que caminham lado a lado, dialogando, interagindo e propondo mutuamente novos caminhos, novas abordagens. Daí a impossibilidade de se escrever uma teoria abrangente da “arqueologia” (p. 37/38). Este conjunto de reflexões é suscitado num diálogo interessante com o pensamento do Professor Jorge de Alarcão.

A arqueologia, hoje, deveria ser pensada em íntima relação com experiências específicas de campo, deveria ser conceptualmente construída em todos os seus momentos, com todos os seus especialistas, com a heterogeneidade que ela própria comporta.

2. Uma segunda trave-mestra que atravessa este livro relaciona-se com a problematização da arqueologia como um saber socialmente interveniente. A preocupação de pensar o papel do arqueólogo na sociedade.

A arqueologia é hoje, ou melhor, deveria ser, hoje, um parceiro no conceito de educar para a cidadania; tem de ser um interlocutor do desenvolvimento sustentado – é uma disciplina que pela sua especificidade tem de arcar com responsabilidades na área da gestão de projectos e no ordenamento do território. Por outro lado, o arqueólogo enquanto cientista tem de ser incómodo, tem que pôr em causa “(...) tudo quanto parece óbvio e universal, incontestável”, sendo “(...) essa aliás, a atitude da ciência” (p. 49), “(...) e a arqueologia é uma prática científica” (p. 89).

O autor refere-se igualmente ao papel incómodo da arqueologia relacionada com estas questões; (...) apercebi-me que a arqueologia era também um elemento de um espaço de controvérsia política (...) a arqueologia era, como a arquitectura, ou a engenharia, uma forma de actuação no território. Só que sem poder nenhum para o abranger, para disputar espaço aos poderes já instalados” (p. 37). E essa disputa tem de acontecer. A arqueologia para se tornar um saber socialmente interveniente, na acepção do autor, tem que tirar partido da sua heterogeneidade como disciplina exercida em vários tipos de situações e “(...) aceitar o desafio do diálogo com o mundo real” (p. 92).

3. E uma forma de aceitar este desafio, leva-nos a outra ideia base que perpassa por este livro: A arqueologia como saber socialmente válido. Mas como? O autor responde-nos: “Fazer arqueologia em projectos de pesquisa, feitos em equipa, controlados pela mais minuciosa observação possível, partilhada e construída em grupo. Só assim é possível criar um saber socialmente válido” (p. 8). Hoje é necessário uma mudança de escala nos trabalhos de investigação a todos os níveis, incluindo a interdisciplinariedade, e fazer circular a informação em todos os patamares e entre todos os intervenientes de um projecto de investigação.

4. Uma outra ideia base, ou trave-mestra deste livro, relaciona-se com aquilo a que poderemos chamar uma arqueologia crítica ou desconstrutiva. Não criticar para desconstruir somente, mas sim desconstruir para construir algo de novo. Ou como disse Foucault, “Para que haja disciplina é preciso, (...) que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 1997: 25). Estão nesta linha as reflexões sobre o que é o objecto da arqueologia, o que significa interpretar em arqueologia, o que é o registo arqueológico, ou questões aparentemente mais específicas, como: que sentido tem hoje falar-se em megalitismo, que significa a “arte megalítica”.

Parece-me que esta arqueologia crítica pensada construtivamente, poderá dar-nos, a nós arqueólogos, sugestões de trabalho e linhas de pesquisa, que o autor trata, por exemplo, no capítulo 1 da primeira parte, ao reflectir sobre o conceito de objecto em arqueologia: “Entende-se por objectos todo o mundo material que nos rodeia. Nesse mundo material (...) tem pouco interesse (...) distinguir entre o que é “natural”, “geológico” ou “biológico” e o que é “artificial”, construído ou alterado pelo ser humano” (p. 12). Desde os objectos privilegiados dos antiquários; as obras de arte, as moedas, as inscrições, até aos objectos inseridos numa arqueologia mais porosa em íntima relação com uma experiência de campo atravessada por todos os outros dados, todos os outros especialistas, pelas estruturas, pelas arquitecturas, pelos espaços, pelos montes e vales, pelas bacias fluviais, aproximarmo-nos cada vez mais desses lugares, desses territórios, dessas paisagens.

Ou no capítulo 1 da II parte, ao sugerir pistas para a pesquisa e interpretação dos complexos artísticos do Douro-Côa, como: a disposição das rochas relativamente à paisagem, isto é, a inserção da arte rupestre no meio envolvente como uma das valências significantes desse meio; ou ainda, que território se vê de cada núcleo de manifestações rupestres e quais os possíveis significados de uma tal variabilidade de horizontes.

Ou ainda, no último capítulo do livro, que a mim me toca particularmente, onde o autor enumera um conjunto de reflexões acerca das estações arqueológicas de Castelo Velho e Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz-Côa), pondo em causa (como aliás também tem feito Susana Oliveira Jorge; 1994, 1998, 2002), conceitos perfeitamente estabelecidos no panorama actual da arqueologia portuguesa, mas pensando alternativas, discutindo ideias, e sugerindo outras formas de conceber o espaço; a inserção paisagística/territorial destes sítios, a sua localização e significado em termos de investimento simbólico da paisagem, o afeiçoamento de um espaço físico em lugar significativo, ao que poderemos acrescentar novas formas de imposição na paisagem, imposição essa organizada pelas suas arquitecturas. Arquitecturas criadoras de espaço e de relações espaciais, como forma de expressão social numa linguagem nova com uma gramática própria. Mas a arquitectura, ou melhor, aquela arquitectura, não seria apenas um modo de elaboração material de representações, seria também um receptáculo de signos onde toda uma rique-

za de significações simbólicas estaria ligada/associada/impregnada a/de determinados tipos de estruturas, espaços fechados e abertos, a passagens.

É neste conjunto de propostas de trabalho e/ou linhas de pesquisa que uma ideia base assola constantemente este livro: “O que mais me importa é aproximar-me dos lugares, dos territórios, das paisagens (...)” (p. 8). Não numa acepção da “arqueologia da paisagem”, ou da “arqueologia espacial”, mas sim numa perspectiva de que todos estes lugares são conceitos relacionais, são territórios com história, são espaços vividos, formando conjuntos de relações.

Além de tudo o que foi dito, e principalmente do que foi escrito, o autor adopta uma posição muito semelhante àquela que Bruno Latour nos descreve em “Science in Action”, isto é, existe uma aproximação ao estudo de determinados fenómenos arqueológicos olhados de um ponto de vista de “redes relacionais” de objectos, estruturas, representações, espaços, lugares, que se enredam no sentido de produzirem conhecimento científico.

Poderíamos referir mais uma, duas, ou três traves-mestras que perpassam por este livro, tornando-o uno na sua problematização acerca da arqueologia, mas creio que é tempo de terminar, e gostaria de o fazer com mais uma citação do autor:

“Ah, e não se esqueçam de que a arqueologia não se faz com livros, nem ideias iluminadas. Faz-se com projectos de envergadura implantados no terreno. Faz-se com investigação. Faz-se com dor, faz-se em esforço com muito trabalho e persistência (...)” (p. 58)

Eu diria que estamos condenados a trabalhar e a pensar, pensar novo.

*João Muralha*

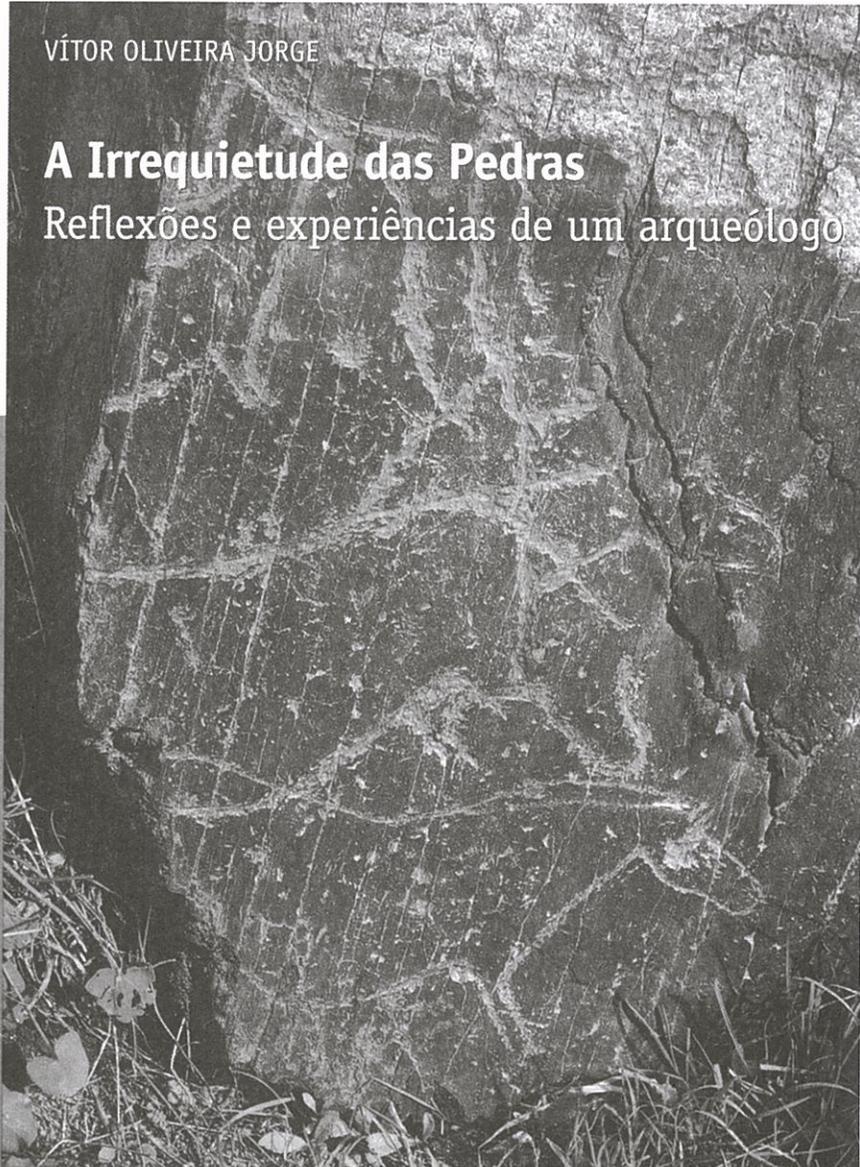
## BIBLIOGRAFIA

- FOUCAULT, MICHEL (1997). *A Ordem do Discurso*, Relógio d'Água editores.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1994). “Colónias, Fortificações, Lugares Monumentalizados. Trajectória das Concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. 11, Porto, Faculdade de Letras, pp. 447-546.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1998). “Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz-Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação”, in *Actas do Colóquio A Pré-história na Beira Interior*, Viseu.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (2002). “Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal”, in *Património / Estudos 3*, IPPAR, pp. 145-164.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2000). *Arqueologia, Património e Cultura*, Lisboa, Instituto Piaget.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2002). “Arqueologia dos monumentos da Pré-história recente – algumas sugestões interpretativas”, in *Revista de Ciências e Técnicas do Património*, Maia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 13-26.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2003). *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto Editora.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

# A Irrequietude das Pedras

Reflexões e experiências de um arqueólogo



BIBLIOTECA DE ARQUEOLOGIA | 1

Edições  
Afrontamento